

Demonstrações Financeiras

AB Concessões S.A. e controladas.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

AB Concessões S.A. e controladas.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil

Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
AB Concessões S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia AB Concessões (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Luís Alexandre Marini
Contador CRC-1SP182975/O-5

AB Concessões S.A. e controladas.

Balço patrimonial - Ativos

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	47	48	721.713	466.490
Contas a receber	4	-	-	74.971	67.919
Partes relacionadas	9	18.151	22.431	-	-
Impostos a recuperar		584	346	11.428	6.273
Instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	181.325	179.423
Dividendos a receber	9	124.638	102.678	-	-
Outros ativos		1.155	1.181	11.160	16.292
Total do ativo circulante		144.574	126.684	1.000.597	736.397
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures com partes relacionadas	9	2.585.682	2.376.944	2.585.682	2.376.944
Partes relacionadas	9	34.648	139.858	34.648	123.776
Contas a receber	4	-	-	69.334	61.280
Dividendos a receber	5	5.785	5.785	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	26.871	16.488	274.664	247.892
Impostos a recuperar		-	-	18	777
Depósitos e bloqueios judiciais	11	6.805	6.703	254.724	238.584
Outros Ativos		130	250	38.811	25.223
Direito de uso		2.788	-	-	-
Investimentos	5	2.197.709	2.211.404	-	-
Imobilizado		1.521	1.732	1.523	1.789
Intangível	7	1.851	3.642	2.907.456	3.276.861
Ativo Contratual	7	-	-	80.213	38.598
Total do ativo não circulante		4.863.790	4.762.806	6.247.073	6.391.724
TOTAL DO ATIVO		5.008.365	4.889.490	7.247.670	7.128.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB Concessões S.A. e controladas.

Balanço patrimonial – Passivos e Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE					
Debêntures	8	-	-	819.805	560.255
Arrendamento Mercantil		279	-	2.130	-
Fornecedores		1.522	2.277	76.615	72.243
Partes relacionadas	9	3.027	3.195	3.459	3.627
Obrigações fiscais		3.298	2.012	74.162	68.916
Credor pela concessão	10	-	-	3.468	11.799
Obrigações sociais e trabalhistas		5.774	4.924	17.701	18.546
Provisão para manutenção e investimentos	12	-	-	130.156	207.355
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	97.508	34.005
Outras contas a pagar		458	119	30.222	27.653
Total do passivo circulante		14.358	12.527	1.255.226	1.004.399
NÃO CIRCULANTE					
Debêntures	8	-	-	1.898.992	2.160.157
Arrendamento Mercantil		2.562	-	4.223	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	11	1.064	1.297	179.365	128.137
Credor pela concessão	10	-	-	-	1.699
Provisão para manutenção e investimentos	12	-	-	65.664	58.477
Dividendos a pagar		191.243	155.062	191.243	155.062
Debêntures com partes relacionadas	9	1.636.701	1.674.327	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	-	490.520	573.913
Total do passivo não circulante		1.831.570	1.830.686	2.830.007	3.077.445
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13				
Capital social		738.653	738.653	738.653	738.653
Reserva de capital		1.791.591	1.791.622	1.791.591	1.791.622
Reservas de lucros		632.193	516.002	632.193	516.002
Total do patrimônio líquido		3.162.437	3.046.277	3.162.437	3.046.277
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.008.365	4.889.490	7.247.670	7.128.121

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB Concessões S.A. e controladas.

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	-	-	1.276.300	1.175.841
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	15	-	-	(497.171)	(527.954)
LUCRO BRUTO		-	-	779.129	647.887
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	15	(15.083)	(15.926)	(367.712)	(388.166)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		(26.688)	-	(26.688)	-
Resultado de equivalência patrimonial	5	121.610	56.041	(75.053)	(29.422)
Outras receitas operacionais, líquidas	15	633	-	2.385	1.527
Total		80.472	40.115	(467.068)	(416.061)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		80.472	40.115	312.061	231.826
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	16	221.398	212.186	452.957	430.663
Despesas financeiras	16	(133.147)	(162.870)	(494.295)	(528.628)
		88.251	49.316	(41.338)	(97.965)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		168.723	89.431	270.723	133.861
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	6	(26.765)	(11.078)	(228.776)	(151.157)
Diferidos	6	10.383	(1.047)	110.394	94.602
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		152.341	77.306	152.341	77.306
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	17	0,00	0,00	0,00	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB Concessões S.A. e controladas.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	152.341	77.306	152.341	77.306
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	152.341	77.306	152.341	77.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB Concessões S.A. e controladas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Lucros retidos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		738.653	1.791.622	35.689	421.367	-	2.987.331
Lucro líquido do período		-	-	-	-	77.306	77.306
Destinação do lucro:							
Reserva legal	13	-	-	3.865	-	(3.865)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	(18.360)	(18.360)
Transferência para lucros retidos		-	-	-	55.081	(55.081)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		738.653	1.791.622	39.554	476.448	-	3.046.278
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	152.341	152.341
Destinação do lucro:							
Reserva legal	13	-	-	7.617	-	(7.617)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	(36.181)	(36.181)
Transferência para lucros retidos		-	-	-	108.543	(108.543)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		738.653	1.791.622	47.171	584.991	-	3.162.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB Concessões S.A. e controladas.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		152.341	77.306	152.341	77.306
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas					
(aplicado nas) atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social					
Diferidos	6	(10.383)	1.047	(110.394)	(94.602)
Depreciação e amortização	7	2.445	2.927	453.062	437.235
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		26.688		26.688	
Juros sobre debêntures ativas e mútuos com partes					
Relacionadas	9	(99.305)	(84.366)	(221.349)	(212.183)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros	16	-	-	256.478	262.359
Variação monetária e juros com credores pela concessão e contas a receber do poder concedente		-	-	618	1.786
Provisão para manutenção e investimentos, líquida do ajuste a valor presente	12	-	-	27.814	139.770
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	11	-	-	70.999	101.768
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(233)	416
Baixa do ativo intangível	7	-	-	333	169
Resultado de instrumentos financeiros não realizados	19	-	-	9.130	(4.379)
Resultado de equivalência patrimonial	5	(121.610)	(56.041)	75.053	29.423
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes, do poder concedente e de partes relacionadas	4	4.282	(3.501)	(14.836)	(17.127)
Impostos a recuperar		(239)		(4.157)	3.280
Despesas antecipadas e outros ativos		(3.067)	(403)	(8.452)	(33.409)
Depósitos e bloqueios judiciais		(335)	149	(16.140)	(52.924)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(644)	(11.039)	(16.568)	(6.832)
Obrigações sociais e trabalhistas		850	198	(845)	737
Obrigações fiscais		14.371	9.824	230.818	139.739
Provisão para manutenção e investimentos (utilização)	12	-	-	(114.780)	(209.517)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (utilização)	11	-	-	(19.771)	(15.909)
Apropriação da outorga variável		-	-	113	22
Outras contas a pagar		2.692	18	28.298	8.546
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(26.161)	(9.817)	(225.580)	(121.256)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(58.074)	(73.698)	578.640	434.418
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Dividendos recebidos		80.519	222.651	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	7	(446)	(569)	(107.034)	(131.749)
Aumento de capital em controlada	5	(22.000)	(88.353)	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		58.073	133.729	(107.034)	(131.749)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Distribuição de dividendos		-	(60.000)	-	(60.000)

AB Concessões S.A. e controladas.

Demonstração do fluxo de caixa--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Debêntures					
Captação		-	-	507.674	781.021
Pagamento de principal		-	-	(585.054)	(613.625)
Pagamentos de juros		-	-	(198.648)	(207.299)
Empréstimos e financiamentos:				-	-
Captação		-	-	-	50.000
Pagamentos de principal		-	-	-	(95.000)
Pagamentos de juros		-	-	-	(3.669)
Liquidação de outorga fixa		-	-	(10.761)	(21.537)
Recebimento (Liquidação) de instrumentos financeiros derivativos	19	-	-	70.406	37.355
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		-	(60.000)	(216.383)	(132.754)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1)	31	255.223	169.915
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		48	17	466.490	296.575
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		47	48	721.713	466.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A AB Concessões S.A. (“Companhia”), sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, foi constituída em 16 de dezembro de 2011 e permaneceu sem atividades e sem registros contábeis até 29 de junho de 2012, quando recebeu, por conferência de bens, o investimento na controlada Triângulo do Sol Participações S.A.

A Companhia faz parte do grupo italiano Atlantia (“Atlantia”), um dos maiores em concessões rodoviárias do mundo. O Grupo Atlantia é o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália que, em conjunto com suas subsidiárias internacionais, caracteriza-se por um dos maiores operadores do segmento no mundo.

A Companhia, após as reestruturações societárias ocorridas em 2015, passou a ser a controladora direta das seguintes concessionárias: Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Triângulo do Sol”), Rodovias das Colinas S.A. (“Colinas”) e Concessionária da Rodovia MG050 S.A. (“Nascentes das Gerais”), e da empresa Solucionadora Conservação Rodoviária Ltda. (“Solucionadora”), além de deter o 50% da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“Rodovias do Tietê”).

A seguir o objeto social das controladas diretas:

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A

A Triângulo do Sol é uma sociedade por ações, situada no município de Matão, Estado de São Paulo, e iniciou as suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. Tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER., compete à Triângulo do Sol a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo nem do prazo de pagamento original. Dessa maneira, o exercício de exploração da concessão será até 18 de julho de 2021.

A Triângulo do Sol concluiu os principais compromissos assumidos de acordo com o contrato de concessão, que está disponível no sítio da ARTESP.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,66%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Rodovias das Colinas S.A.

A Colinas é uma sociedade por ações, situada no município de Salto, Estado de São Paulo, e iniciou efetivamente suas operações em 2 de março de 2000, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 41.773, de 12 de maio de 1997. Tem como atividades a operação, as ampliações e a manutenção do Lote 13 - Malha Rodoviária Estadual de ligação entre os municípios de Rio Claro, Piracicaba, Tietê, Jundiaí, Itu e Campinas. O contrato de concessão tem como objetivo a execução, a gestão e a fiscalização dos serviços delegados, dos serviços de apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo predeterminado de 240 meses, com início em março de 2000.

Em dezembro de 2006, por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/06 do Contrato de Concessão nº 012/CR/00, foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP a prorrogação do prazo de concessão por mais 100 meses, sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original, sendo ampliado o prazo da concessão para 340 meses, com término em 30 de junho de 2028, reconhecido pelo Termo Aditivo e Modificativo nº 18/06.

A Colinas assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão, que está disponível no sítio da ARTESP.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionado a Resolução SLT n. 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulem vazios. De acordo com o contrato de concessão da Triângulo do Sol e da Colinas, ambas possuem o direito à recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Contratualmente, as tarifas de pedágio das controladas Colinas e Triângulo do Sol são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Triângulo do Sol e Colinas e a ARTESP o Termo de Rerratificação aos Termos Aditivos e Modificativos nº 22/11 e nº 25/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado às concessionárias o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação do DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,65%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019..

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Concessionária da Rodovia MG050 S.A.

A Nascentes das Gerais é uma sociedade por ações, situada no município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais, e iniciou suas atividades em 22 de maio de 2007, de acordo com o Termo de Contrato de Concessão Patrocinada para exploração de rodovias, firmado com a Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas do Governo do Estado de Minas Gerais - SETOP e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 43.702, de 24 de janeiro de 2003. A Nascentes das Gerais é uma Parceria Público-Privada de Propósito Específico conforme a Lei nº 11.074/04 e tem como atividade a operação, as ampliações e a manutenção da Rodovia MG-050, trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) - Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso, trecho de entroncamento MG-050 e BR-265, BR-491, do km 0,00 ao km 4,65, e trecho São Sebastião do Paraíso - divisa MG/SP da Rodovia BR-265, mediante concessão na modalidade patrocinada. O contrato de concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados e do apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007; as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Os riscos relacionados à demanda de tráfego da rodovia em relação ao volume projetado no estudo preliminar de tráfego, constante no contrato de concessão, são compartilhados entre as partes na proporção de 50% para a Nascentes das Gerais e de 50% para a SETOP, sendo essas consequências consideradas na determinação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. As variações da receita de pedágio verificadas a maior ou a menor, dentro da faixa de até 10%, são de responsabilidade integral da Nascentes das Gerais, e as variações acima da faixa de 10% são compartilhadas entre a Nascentes das Gerais e a SETOP, conforme antes especificado.

A Rodovia MG 050 assumiu os compromissos de acordo com o contrato de concessão público-privado, que está disponível no sítio da SETOP. Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As controladas estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2019, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do exercício de concessão.

Natureza dos custos	Colinas	Nascentes das Gerais	Total
	Previsão de 2019	Previsão de 2019 a 2028	
Investimentos na infraestrutura	11.660	704.672	716.332
Manutenção e recuperação	64.543	120.725	185.268
Total	<u>76.203</u>	<u>825.397</u>	<u>901.600</u>

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

As estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

Investimentos que geram potencial de receita adicional: registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

Investimentos que não geram potencial de receita adicional: registrados considerando a totalidade dos contratos de concessão e apresentados a valor presente na data de transição.

As concessionárias deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento.

1. Base para apresentação e elaboração das informações financeiras e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base de mensuração, consolidação, moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, e são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as informações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas relacionadas na nota 1 e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios:

- a) Eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida.
- c) Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos na data da transferência de controle da adquirida (data de aquisição). Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A reserva de capital é decorrente do direito de concessão adquirido na combinação de negócios e foi registrada como contrapartida do custo da combinação de negócios excedente à participação da adquirente no valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes identificáveis assumidos.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica a interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que requer que o montante excedente ao custo de aquisição da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis da adquirida, na data de aquisição, seja reconhecido como direito de concessão adquirido na combinação de negócios, que é acrescido ao valor contábil do investimento. O valor justo líquido dos ativos adquiridos, dos passivos e dos passivos contingentes assumidos identificáveis que exceder o custo de aquisição é reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e dos passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritas anteriormente.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação da taxa utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos a valor presente, determinação de provisão para manutenção e investimentos, provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários e cronograma esperado de desembolsos e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas estão descritas a seguir:

a) Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão patrocinada conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: (i) aplicação da interpretação do contrato de concessão; (ii) determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível; e (iii) avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Os contratos de concessão das controladas receberam o tratamento contábil de ativo intangível devido às características mencionadas na nota explicativa nº 1.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance dessa interpretação técnica, a concessionária atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

b) Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade e de suas controladas avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

Nos casos de contrato de concessão patrocinada, o reconhecimento dos ativos intangíveis segrega, principalmente, os investimentos em dois grupos: investimentos que geram potencial de receita adicional e investimentos que não geram potencial de receita adicional.

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição.

c) Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A amortização é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o exercício de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

d) Determinação das receitas de construção

Quando são prestados serviços de construção deve-se reconhecer a receita correspondente pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização da receita de construção, a Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização desses serviços, aos custos de gerenciamento e de acompanhamento da obra e da empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

As receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 17 (R1) – Contratos de Construção. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as controladas reconheceram, como receita de construção, os montantes de R\$ 95.021 e R\$ 87.809, respectivamente, e custo de construção nos mesmos valores.

O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra (“stage of completion”), apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados.

e) Provisão para manutenção e investimentos referente ao contrato de concessão e contrato de concessão patrocinada

A contabilização da provisão para manutenção e investimentos, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa de manutenção do exercício ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, calculado a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

2.1. Instrumentos financeiros ativos

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

2.1. Instrumentos financeiros ativos

Custo amortizado

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e maturação por exercício inferior a 90 dias da data da aquisição.

Contas a receber de clientes e do poder concedente

Apresentadas pelo seu valor de realização na data do balanço, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas informações financeiras. A Companhia apresenta valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas históricas de perda.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i - Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- ii - A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Ativo intangível

Ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

As controladas reconheceram ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo amortizado, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida linearmente no resultado com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado linearmente com base no prazo remanescente de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo amortizado, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.3 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Administração revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda. As análises são feitas individualmente para cada concessionária e são calculados os montantes recuperáveis dos ativos de cada concessionária com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Caso o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um exercício de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.5. Instrumentos financeiros passivos

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, debentures, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

a) Classificação de instrumentos de dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

2.5. Instrumentos financeiros passivos

b) Credor pela concessão

Corresponde preponderantemente às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme critérios divulgados na nota 1. O montante da obrigação ajustado a valor presente, calculado na época em que as transações se originaram, foi registrado em contrapartida do ativo intangível, em que está registrado o direito de exploração. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pelo transcorrer do prazo da concessão.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos de “hedge”

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com juros e correção monetária das debêntures como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de “hedge”. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge” de valor justo. “Hedge” de valor justo: hedge de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

d) Empréstimos e financiamentos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um exercício de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

e) Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela Administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.6. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base nos saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários, dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis e sobre o ajuste a valor justo gerado na combinação de negócios, conforme a nota explicativa nº 6.

Os tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e os tributos diferidos ativos somente quando for provável que as controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando se tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados das controladas e controlada em conjunto. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários estão descritos na nota explicativa nº 12. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

2.8. Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para manutenção e investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, quando aplicável, e divididas em ciclos durante o prazo da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes, quando aplicável, é calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação de taxas calculadas pela Administração. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações são preparadas por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Credor da concessão: decorrentes das obrigações assumidas pelas controladas Colinas e Triângulo do Sol relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% a 6% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Reconhecimento de receita

Receita oriunda da cobrança de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

É mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objeto da concessão pelos usuários.

Receita de contraprestação pecuniária

Oriunda do contrato de concessão patrocinada, é paga mensalmente pela SETOP à controlada Nascentes das Gerais visando assegurar as condições necessárias para a continuidade da prestação do serviço aos usuários, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada e nos custos incorridos. O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de obra, apurado por meio dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.d).

Receita e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e debêntures e passivo com credor pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

2.10. Resultado básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Sociedade pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado nas datas dos balanços.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados.

2.11. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal. O lucro remanescente, após as destinações estipuladas por Lei, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos a pagar foram classificados no passivo não circulante, pois a Administração não tem a intenção de pagamento dentro do próximo exercício social.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis--Continuação

Normas novas, alterações e interpretações de normas

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2019, do Pronunciamento CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no exercício de aplicação inicial foi concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como a substituição da despesa linear de arrendamento operacional por um custo de amortização linear de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia analisou seus contratos de arrendamento operacional para identificar se eles continham ou não um arrendamento, de acordo com a CPC06 (R2). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia aplicou o CPC06 (R2) apenas para os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 e que foram previamente identificados como arrendamentos. A Companhia aplicou a IFRS 16 inicialmente usando a abordagem retrospectiva modificada.

Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 foi reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O efeito da adoção inicial da IFRS 16 foi de R\$ 3.097 na rubrica Arrendamento mercantil, no passivo, sendo R\$ 256 no circulante e R\$ 2.841 no não circulante, tendo como contrapartida a rubrica Direito de uso em arrendamento no ativo não circulante.

A Companhia avalia que a adoção da CPC06 (R2) não afeta sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants), descritos na Nota Explicativas n. 8.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

2.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e contas bancárias	47	48	9.197	9.752
Aplicações financeiras (*)	-	-	712.516	456.738
Total	<u>47</u>	<u>48</u>	<u>721.713</u>	<u>466.490</u>

(*) As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa sem mudança significativa de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB com remuneração média de 95% a 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. Contas a receber de clientes e do poder concedente – consolidado

	31/12/2019	31/12/2018
Pedágio eletrônico (a)	71.246	64.776
ARTESP - ponto a ponto (b)	69.334	61.280
ARTESP - ressarcimento (c)	7.205	6.913
Contraprestação pecuniária (d)	3.113	3.120
Outras	2.527	2.463
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.120)	(9.353)
Total	<u>144.305</u>	<u>129.199</u>
Circulante	74.971	67.919
Não circulante	69.334	61.280

- (a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio.
- (b) Contas a receber do Poder Concedente da controlada Colinas referente à implantação do sistema ponto a ponto do pedágio, que, devido às perspectivas de recebimento a longo prazo, foram reclassificadas para o ativo não circulante.
- (c) Refere-se à ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão das controladas Colinas e Triângulo que, devido às perspectivas de recebimento a longo prazo, foram classificadas no ativo não circulante.
- (d) Contraprestação pecuniária referente à receita de subvenção, conforme cláusula do contrato de concessão.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia e suas controladas consideram qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP e SETOP, é de 30 dias. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Em 1º de janeiro	(9.353)	(8.936)
Adições à provisão no exercício	(3.994)	(1.623)
Reversões no exercício	4.227	1.206
Em 31 de dezembro	<u>(9.120)</u>	<u>(9.353)</u>

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

5. Investimentos

Controladora

Em decorrência do processo de reestruturação societária, mencionada na nota 1, a Companhia passou a ser controladora direta da Triângulo do Sol, Colinas, Nascentes das Gerais e Soluciona, bem como controladora em conjunto da Rodovias do Tietê.

A movimentação do investimento é como segue:

Participação no investimento	Nascentes das Gerais 100%	Triângulo do Sol 100%	Colinas 100%	Rodovias do Tietê (i) 50%	Soluciona 100%	Total
Movimentação						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	205.717	656.699	1.499.779	13.340	(429)	2.375.106
Resultado de equivalência patrimonial	(51.675)	84.443	52.688	(29.422)	3	56.037
Dividendos distribuídos (a)	-	(167.585)	(140.507)	-	-	(308.092)
Outros componentes que constituem o investimento total líquido (i)	-	-	-	16.082	-	16.082
Aumento de capital em controlada (b)	88.353	-	-	-	-	88.353
Saldo em 31 de dezembro de 2018	242.395	573.557	1.411.960	-	(426)	2.227.468
Resultado de equivalência patrimonial	(27.903)	127.107	97.666	(75.053)	(207)	121.610
Dividendos distribuídos (c)	-	(167.213)	(81.860)	-	-	(249.073)
Aumento de capital em controlada (d)	22.000	-	-	-	-	22.000
Outros componentes que constituem o investimento total líquido (i)	-	-	-	75.053	-	75.053
Baixa do Investimento	-	-	-	-	633	633
Saldo em 31 de dezembro de 2019	236.492	533.451	1.427.766	-	-	2.197.709

- (a) Em 12 de janeiro de 2018 a controlada Colinas realizou Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$70.000, sendo R\$14.158 oriundos do saldo de reserva de lucros retidos e o restante referente a dividendos intercalares declarados pelo Conselho de Administração, com base em balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2017. Em 13 de janeiro de 2018, a controlada Triângulo do Sol realizou Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$15.000 oriundos da rubrica "Reservas de lucros" em 31 de dezembro de 2017. Em 26 de abril de 2018, as controladas Triângulo do Sol e Colinas realizaram Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$ R\$113.448 e R\$ 15.000, respectivamente, tendo como base o saldo da rubrica "Reservas de lucros" em 31 de dezembro de 2017. Em 12 de junho de 2018, a controlada Colinas realizou Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 15.000, tendo como base o saldo da rubrica "Reservas de lucros" em 31 de dezembro de 2017. Em 13 de dezembro de 2018, a controlada Colinas realizou Assembleia Geral Extraordinária, que deliberou sobre a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 51.802, tendo como base o saldo da rubrica "Reservas de lucros" em 31 de dezembro de 2017.
- (b) Em 5 de março de 2018, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$7.353, com a emissão de 7.352.676 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 13 de junho de 2018, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$15.000, com a emissão de 15.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie. Em 14 de dezembro de 2018, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$66.000, com a emissão de 66.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie.
- (c) Em 17 de abril de 2019 a controlada Triângulo do Sol realizou Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$117.410, oriundos da conta de reservas de lucros. Em 27 de junho de 2019 a controlada Rodovia das Colinas realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a distribuição de dividendos no valor de R\$35.000, oriundos da conta de reservas de lucros.
- (d) Em 28 de junho de 2019, a controlada Nascentes das Gerais realizou Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre aumento no capital social da Companhia no montante de R\$22.000, com a emissão de 22.000.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas no ato, em espécie.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

5. Investimentos--Continuação

As informações sobre as controladas e controlada em conjunto são como segue:

	Controladas				Controlada em conjunto
	Nascentes das Gerais	Triângulo do Sol	Colinas	Soluciona	Rodovias do Tietê (i)
Participação - %	100	100	100	100	50
Ativo circulante	47.789	743.699	1.632.254	2.876	29.897
Ativo não circulante	954.808	321.280	1.081.923	1.275	1.655.049
Passivo circulante	210.710	601.642	573.474	4.784	1.604.514
Passivo não circulante	555.391	74.094	1.520.918	-	262.702
Patrimônio líquido	236.496	389.243	619.785	(633)	(182.270)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(27.903)	199.211	187.442	(207)	(150.106)

(i) O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento, foi aplicado aos demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, conforme mencionado na nota 9.

A Companhia possui dividendos a receber no valor de R\$5.785 em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, referentes à controlada Nascentes das Gerais; entretanto, de acordo com o contrato de concessão, a controlada somente poderá efetuar a livre distribuição de dividendos e pagamento de título de participação aos acionistas no exercício seguinte àquele em que tiverem sido atendidas as condições operacionais mínimas da concessão e executadas as intervenções obrigatórias previstas para 2029

6. Impostos de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Na controladora, o imposto de renda e a contribuição social diferidos correspondem ao saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão compostos como segue:

Ativo	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários – nota 11	179.366	127.728
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	199.569	194.325
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	26.688	-
Obrigações Fiscais	96.791	35.517
Mudança de prática contábil (ICPC 01 (R1) e OCPC 05)	183.360	214.764
Arrendamento mercantil	123	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – nota 4	9.120	9.353
Provisão para manutenção	199.403	272.788
Base de cálculo	894.420	854.475
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total dos créditos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias	304.103	290.522
Benefício fiscal sobre concessão incorporada (a)	85.497	109.714
Total do crédito	389.600	400.236

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

<u>Passivo</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Diferenças temporárias:		
Outros ativos	26.498	22.257
Ajuste ao valor presente, líquido (b)	3.969	6.969
Encargos financeiros antecipados (c)	21.716	28.924
Instrumentos financeiros derivativos	47.936	127.470
Diferenças entre taxas de amortização contábil e fiscal	233.989	258.195
Juros de debêntures capitalizados	3.938	4.255
Direito de concessão adquirido	1.442.709	1.687.980
Base de cálculo	1.780.755	2.136.050
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do débito	605.457	726.257
Tributo diferido passivo líquido	(215.857)	(326.021)
Abertura do total líquido apresentado no ativo e passivo não circulante consolidado e por empresa:		
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
AB Concessões	26.871	16.488
Colinas	69.470	64.919
Nascentes das Gerais	113.584	99.583
Soluciona	-	231
Triângulo do Sol	64.739	66.671
	274.664	247.892
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
AB Concessões (d)	(490.521)	(573.913)
Tributo diferido passivo líquido	(215.857)	(326.021)

- (a) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição das controladas Triângulo do Sol e Colinas. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura das controladas e será realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até o prazo final da concessão.
- (b) Refere-se ao ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente (ARTESP).
- (c) Refere-se às deduções de empréstimos, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidos na liberação dos financiamentos captados para adições ao intangível e debêntures.
- (d) Refere-se ao direito de concessão adquirido com a identificação e mensuração do direito de concessão dos investimentos.

Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social consolidados líquidos, correntes e diferidos, são reconciliados com a alíquota nominal desses tributos, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	168.273	89.431	270.723	133.861
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(57.366)	(30.407)	(92.045)	(45.512)
Diferenças permanentes:				
Outros ajustes (a)	(434)	(773)	(818)	(1.039)
Resultado de equivalência patrimonial	41.348	19.054	(25.581)	(10.004)

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	16.382	(12.125)	(118.381)	(56.555)
Correntes	(26.765)	(11.078)	(228.776)	(151.157)
Diferidos	10.383	(1.047)	110.394	94.602

(a) Referem-se a diferenças permanentes e despesas não dedutíveis, entre outras, e diferenças temporárias para as quais não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos.

7. Ativo contratual e intangível da concessão

A movimentação é como segue:

	Consolidado				Total
	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Marcas, patentes e direito de uso de software	Direito de concessão adquirido na combinação de negócios (c)	
<u>Custo</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.934.393	107.157	19.006	3.282.252	6.342.808
Adições	92.289	-	515	-	92.804
Baixas	(716)	-	-	-	(716)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.025.966	107.157	19.521	3.282.252	6.434.896
Adições	124.748	-	221	-	124.969
Baixas	(1.133)	-	-	-	(1.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.149.581	107.157	19.742	3.282.252	6.558.732
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.235.554)	(86.442)	(12.620)	(1.349.001)	(2.683.617)
Adições	(184.998)	(3.663)	(2.430)	(245.276)	(436.367)
Baixas	547	-	-	-	547
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.420.005)	(90.105)	(15.050)	(1.594.277)	(3.119.437)
Adições	(201.219)	(3.834)	(2.097)	(245.276)	(452.426)
Baixas	800	-	-	-	800
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.620.424)	(93.939)	(17.147)	(1.839.553)	(3.571.063)
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.605.961	17.052	4.471	1.687.975	3.315.459
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.529.157	13.218	2.595	1.442.699	2.987.669
Taxa média de amortização	10,16%	3,66%	20%	13,18%	-
Ativo intangível					2.907.456
Ativo contratual					80.213
Total ativo da concessão					2.987.669

- (a) Refere-se a itens que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o exercício da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário. calculado a valor presente. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o exercício da concessão.
- (c) Refere-se à apuração de ajuste do direito de concessão adquirido em combinação de negócios. A amortização é efetuada pelo prazo remanescente de concessão das concessionárias que lhe deram origem.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Análise sobre o valor de recuperação

A Administração da Companhia revisa, em bases anuais, a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao seu valor de recuperação. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Administração não identificou a necessidade de se reconhecer uma provisão para perdas no valor de recuperação desses ativos.

8. Debêntures – Consolidado

Controlada direta	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31/12/2019	31/12/2018
<u>Colinas</u>					
4ª emissão: (**)					
1ª série	57.132	100% CDI + 1,50% a.a.	Outubro/2020	127.338	243.793
2ª série (*)	12.368	100% IPCA + 5,00% a.a.	Outubro/2020	41.062	74.265
3ª série (*)	25.500	100% IPCA + 5,70% a.a.	Abril/2023	414.680	381.671
5ª emissão:					
1ª série	100	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/2023	124.761	125.356
6ª emissão:					
1ª série	15.000	CDI a 100% + 1,85% a.a.	Outubro/2019	-	135.604
7ª emissão:					
1ª série	23.000	CDI a 100% + 1,30% a.a.	Outubro/2021	155.272	234.576
8ª emissão:					
1ª série	40.000	CDI a 100% + 2,35% a.a.	Agosto/2021	401.054	401.220
9ª emissão:					
1ª série	41.000	CDI a 100% + 1,50% a.a.	Junho/2025	410.944	-
2ª série	10.463	CDI a 100% + 1,65% a.a.	Junho/2024	104.877	-
<u>Triângulo do Sol</u>					
2ª emissão: (**)					
1ª série	32.402	100% CDI + 2,25% a.a.	Abril/2020	47.681	103.857
2ª série (*)	36.705	100% IPCA + 5,4% a.a.	Abril/2020	79.861	166.417
5ª emissão: (***)					
1ª série	390	100% CDI + 2,20% a.a.	Dezembro/2020	299.064	378.482
<u>Nascentes das Gerais</u>					
4ª emissão: (**)					
1ª série	260	100% CDI+ 4% a.a.	Junho/2022	260.850	261.047
2ª série	200	100% CDI+ 6% a.a.	Julho/2022	273.068	243.047
Custo de transação				(21.715)	(28.923)
Saldo líquido				<u>2.718.797</u>	<u>2.720.412</u>
Circulante				819.805	560.255
Não circulante				1.898.992	2.160.157

(*) Essas operações estão sendo mensuradas aos valores justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo (Nota 21).

(**) Essas operações não possuem cláusula de repactuação e são garantidas com a alienação fiduciária de 100% das ações de emissão das emissoras; cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração das concessões objeto dos contratos de concessão mencionados na Nota 1; e, para as debêntures da controlada Nascentes das Gerais também há garantia em forma de fiança da Companhia.

(***) Em 16 de junho de 2018, a controlada Triângulo do Sol efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de dezembro de 2020. O montante total da emissão foi de R\$390.000, sendo 390 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 2,20% ao ano, cujos recursos foram destinados para o resgate antecipado total das debentures da 3ª e 4ª emissão, bem como o pagamento antecipado integral de Cédula de Crédito Bancário.

Cláusulas restritivas

As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2019 as controladas não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas-

Saldos patrimoniais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber, mútuos e debêntures a receber				
<i>Ativo circulante</i>				
Contas a receber de controladas (a):				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	504	8.493	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	6.997	4.938	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	10.650	9.000	-	-
	18.151	22.431	-	-
Dividendos a Receber:				
Rodovias das Colinas S.A.	50.032	35.615	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	74.606	67.063	-	-
	124.638	102.678	-	-
<i>Ativo não circulante</i>				
Contrato de mútuo a receber de controlada em conjunto :				
Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (b)	-	89.129	-	89.129
Contas a receber de acionista:				
Haulimau Empreendimentos e Participações Ltda (c)	34.648	34.647	34.648	34.647
	34.648	123.776	34.648	123.776
Debêntures a receber:				
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A. (d)	2.585.682	2.376.944	2.585.682	2.376.944
Contas a pagar, adiantamentos e debêntures a pagar				
<i>Passivo circulante</i>				
Fornecedores de serviços:				
SPEA Ingegneria Europea S.p.a.	311	311	311	311
CSSL Assessoria Empresarial Ltda.	-	167	167	167
Autostrade per l'Italia	2.514	2.514	2.346	2.514
Contern Construções e Comércio Ltda.	-	-	596	596
Monte Verde de Lins Empresa Im. Ltda.	-	-	39	39
Adiantamentos				
Soluciona Conservação Rodoviária LTDA	202	203	-	-
Total do passivo circulante	3.027	3.195	3.459	3.627
Debêntures a pagar a controladas (e):				
Rodovias das Colinas S.A.				
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	1.121.604	-	-	-
	515.097	-	-	-
Total do passivo não circulante	1.636.701	-	-	-
Transações				
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas de prestação de serviços:				
Concessionária da Rodovia MG050 S.A.	976	929	-	-
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	9.855	10.124	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	10.400	11.102	-	-
Total	21.231	22.155	-	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas:				
Infra Bertin Empreendimentos e Participações S.A.	208.737	200.561	208.737	200.561
Concessionária Rodovias do Tietê S.A.	12.612	11.622	12.612	11.622
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.	(43.849)	(51.052)	-	-
Rodovias das Colinas S.A.	(78.195)	(76.765)	-	-
Total	99.305	84.366	221.349	212.183

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) Refere-se a contas a receber de execução de serviços de assessoria e gestão das controladas.
- (b) Refere-se a contratos de cessão de crédito junto a coligada Cibe Participações e Empreendimentos S.A. e a Lineas International Holding B.V., para a controladora em conjunto, Concessionária Rodovias do Tietê S.A. Os créditos são remunerados a 100% da taxa CDI, acrescida de 0,5% ao mês. Conforme mencionado na nota explicativa n. 5, o prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que excedeu o valor do investimento foi aplicado ao mútuo a receber da controlada em conjunto Rodovias do Tietê. A controlada em conjunto encontra-se em processo de pedido de recuperação judicial e apresentou o plano de recuperação judicial conforme mencionado na Nota n. 21 - Eventos Subsequentes.
- (c) Desta forma, a Companhia reconheceu provisão para perdas esperadas de crédito sobre os demais componentes que constituem a participação e investimento total líquido da Companhia na controlada em conjunto Rodovias do Tietê, cujo valor nominal em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$ 117.823.
- (d) Refere-se ao valor a ser ressarcido pelo acionista de parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais da controlada Nascentes junto ao Poder Concedente. Em 28 de junho de 2017, a Autostrade por meio da AB Concessões enviou à Hauolimau, Notificação de cobrança, no valor de R\$ 34.647 a ser ressarcido pelo acionista de parte dos valores utilizados para liquidação dos processos arbitrais da controlada Nascentes junto ao Poder Concedente quando da assinatura do TA 07.
- (e) Refere-se as debêntures subscritas por suas partes relacionadas que foram incorporadas pela Companhia na reestruturação societária, representadas por quatro séries, sendo a última de 2014. Essas séries são compostas de 45 emissões ao todo que somam R\$1.161.525 em valores nominais. As debêntures são remuneradas a 100% da variação acumulada da taxa CDI, acrescida de juros de 2,6448% ao ano, com previsão de pagamento integral na data de vencimento. Os recursos da emissão das referidas debêntures foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela SPMAR S.A, operadora concessionária dos trechos sul e leste do anel Mario Covas localizado na região metropolitana de São Paulo.
- (f) Em 29 de junho de 2012 a Companhia emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor unitário de R\$500 e valor total de R\$900.000, com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A controlada Colinas adquiriu 800 debêntures, totalizando R\$400.000, e a controlada Triângulo do Sol adquiriu 1.000 debêntures, totalizando R\$500.000. As debêntures da 2ª série passaram a ter seu vencimento em 15 de outubro de 2020. A administração da Companhia e suas controladas avaliam, já para o próximo semestre, nova prorrogação de vencimento destas debentures. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovada a proposta de compensação dos dividendos adicionais, com o saldo de debêntures a receber da controladora Triangulo do Sol, com a compensação, no valor de R\$98.889.

Remuneração da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários	10.224	9.170
Encargos	2.442	2.577
Outros benefícios	1.005	1.407
Total	<u>13.671</u>	<u>13.154</u>

A Companhia e suas controladas não oferecem benefícios de longo prazo, rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada nem remuneração com base em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

10. Credor pela concessão

Refere ao saldo do ônus da concessão, calculados a valor presente, composto pelos valores devidos ao Poder Concedentes pela outorga das concessões das controladas Colinas e Triângulo do Sol.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

O saldo variável da controlada Colinas correspondente a 1,5% da receita de pedágio e 23,5% das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O saldo variável da controlada Triângulo do Sol correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

11. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na nota explicativa n. 20, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$ 26.617.

A movimentação do saldo de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é conforme segue:

Consolidado						
	31/12/2018	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	31/12/2019
Riscos:						
Cíveis (a)	63.742	29.256	(19.971)	(5.580)	12.066	79.513
Trabalhistas (b)	45.631	50.743	(2.988)	(12.513)	1.072	81.945
Tributários	-	1.373	(78)	-	-	1.295
Outras contingências (c)	18.764	9.140	(10.172)	(1.678)	558	16.612
Total	128.137	90.512	(33.209)	(19.771)	13.696	179.365

Consolidado						
	31/12/2017	Adições	Reversões	Utilizações	Atualizações	31/12/2018
Riscos:						
Cíveis (a)	18.189	42.146	(30.680)	(7.512)	41.599	63.742
Trabalhistas (b)	4.454	51.190	(8.577)	(5.849)	4.413	45.631
Outras contingências (c)	19.635	8.640	(7.527)	(2.548)	564	18.764
Total	42.278	101.976	(46.784)	(15.909)	46.576	128.137

- (a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado no exercício decorre da tese de responsabilidade objetiva atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.
- (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado no exercício decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores
- (c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

11. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários--Continuação

Adicionalmente, as controladas são parte em processos cíveis (indenizações por acidentes nas rodovias e ações declaratórias) no valor de R\$132.967 (R\$139.515 em dezembro de 2018), trabalhistas no valor de R\$20.592 (R\$18.889 em dezembro de 2018) e administrativos no valor de R\$40.232 (R\$41.318 em dezembro de 2018) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus assessores legais, para os quais não foram constituídas provisões.

Dentre os processos cíveis das controladas Colinas e Triangulo do Sol, consta ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM nº 19/06, que aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados.

Em novembro de 2017, o processo cuja parte é a controlada Colinas foi julgado improcedente em 1ª Instância, mantendo a prorrogação da concessão e em maio de 2019 restou publicado acordão confirmando a improcedência da ação em 2ª instância. Aguarda-se andamento do processo com apresentação de eventuais recursos pela ARTESP e Governo do Estado de São Paulo para os Tribunais Superiores. Já o processo cuja parte é a controlada Triangulo do Sol está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas.

O saldo de depósitos e bloqueios judiciais consolidado é de R\$254.724 em 31 de dezembro de 2019 (R\$238.584 em dezembro 2018). O valor de bloqueios judiciais corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$ 205.454, e nos quais as controladas foram envolvidas, apenas, na fase de execução e não figura como responsável (réu) de qualquer ação. A Companhia está adotando todas as medidas cabíveis para reverter o cenário, o qual entende ser equivocado.

12. Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção e investimentos nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos, substituições, serviços de construção e melhorias. Na provisão para investimentos são considerados os valores até o final da concessão e na para manutenção são considerados os valores da próxima intervenção que ocorrem, em média, a cada quatro anos, sendo ajustada a valor presente à taxa de 6,50% ao ano.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção e investimentos é conforme segue:

	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	275.903	65.936	341.839
Adições e atualizações	139.770	7.462	147.232
Utilizações	(209.517)	(13.722)	(223.239)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	206.156	59.676	265.832
Adições e atualizações	27.814	21.493	49.307
Utilizações	(114.780)	(4.539)	(119.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	119.190	76.630	195.820
Circulante	92.575	37.581	130.156
Não circulante	26.615	39.049	65.664
Total	119.190	76.630	195.820

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

13. Patrimônio Líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é de R\$738.653 e está representado por 209.254 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação</u>
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.	104.628	50% + 1 ação
Haulimau Empreendimentos e Participações S.A.	104.626	50% - 1 ação

Reserva de capital

Durante o exercício de 2012, ocorreram transações societárias que resultaram no início das operações da Companhia. No reconhecimento dessas transações foram apurados os valores justos do direito de concessão adquirido na combinação de negócios quando da aquisição do controle da Colinas e Triângulo do Sol, cuja contrapartida foi a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, de forma reflexa, da Companhia.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social).

O lucro remanescente, após as destinações previstas em Lei e destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica "Lucros retidos" e tem sua destinação decidida em assembleia geral ordinária.

Em 26 de janeiro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento dos R\$60.000 para a acionista Autostrade do Brasil S.A, deliberados na ata da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2015, quando a distribuição foi aprovada.

14. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita com arrecadação de pedágio	1.260.134	1.168.584
Outras receitas - contraprestação pecuniária	12.360	14.113
Outras receitas	21.150	10.582
Receita de serviços de construção	95.021	87.809
Receita bruta	1.388.665	1.281.088
Impostos sobre a receita:		
Imposto Sobre Serviços - ISS	(63.539)	(59.073)
PIS	(8.696)	(8.223)
COFINS	(40.130)	(37.951)
Receita operacional líquida	1.276.300	1.175.841

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

15. Custos e despesas por natureza

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de depreciação e amortização	(2.629)	(2.927)
Despesas com prestadores de serviços	(5.739)	(6.571)
Despesas com funcionários	(24.462)	(24.344)
Despesas com materiais e equipamentos	(452)	(512)
Outras despesas	(2.498)	(2.680)
Reversão de provisão para contingências	(327)	(1.047)
Outras receitas, líquidas	21.657	22.155
Total	(14.450)	(15.926)
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	(15.083)	(38.081)
Outras receitas operacionais, líquidas	633	22.155
Total	(14.450)	(15.926)

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de conserva, manutenção e operação das rodovias	(17.736)	(135.231)
Despesas de depreciação e amortização	(454.512)	(437.235)
Despesas com o ônus variável da concessão	(18.598)	(17.298)
Despesas com prestadores de serviços	(80.370)	(36.829)
Despesas com funcionários	(88.348)	(104.484)
Despesas com materiais e equipamentos	(26.137)	(24.671)
Despesas com construção	(95.021)	(75.301)
Constituição provisão riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(70.999)	(39.423)
Reembolso de seguro	4.240	-
Outras despesas	(16.976)	(45.648)
Outras receitas, líquidas	1.959	1.527
Total	(862.498)	(914.593)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(497.171)	(527.954)
Despesas gerais e administrativas	(367.712)	(388.166)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.385	1.527
Total	(862.498)	(914.593)

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

16. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:		
Outros	45	3
Descontos obtidos	3	-
Juros com partes relacionadas	221.350	212.183
	221.398	212.186
Despesas financeiras:		
Juros com partes relacionadas	(122.045)	(127.817)
Comissões bancárias e outras	(388)	(456)
Outras despesas financeiras líquidas	(10.714)	(34.597)
	(133.147)	(162.870)
Resultado financeiro	88.251	49.316

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:		
Receita com rendimentos de aplicações financeiras e outras	37.758	22.423
Juros com partes relacionadas	221.349	212.183
Receitas com instrumentos financeiros - hedge	68.897	62.374
Ônus fixo	6.292	5.807
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros	118.598	127.555
Outras receitas financeiras	63	321
	452.957	430.663
Despesas financeiras:		
Variação monetária do direito de outorga de concessão - ônus fixo	(257)	(1.010)
Variação do ajuste a valor presente	(15.493)	(24.501)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	(256.478)	(262.359)
Despesas com instrumentos financeiros - hedge	(45.365)	(33.222)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros	(151.257)	(152.328)
Comissões bancárias e outras	(1.648)	(2.185)
Outras despesas financeiras	(23.797)	(53.023)
	(494.295)	(528.628)
Resultado financeiro	(41.338)	(97.965)

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

17. Lucro básico e diluído por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício e a média ponderada das ações, utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

<u>Básico e diluído</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro Líquido do exercício	152.341	77.306
Média ponderada de ações durante o exercício	<u>209.254</u>	<u>209.254</u>
Resultado por ação – básico e diluído (em R\$)	<u>728,02</u>	<u>369,44</u>

No semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação; portanto, o lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

18. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedor de intangível a pagar	(10.267)	537
Utilização de provisão para investimento na aquisição de ativo intangível	(4.539)	13.722
Provisão para investimentos a realizar – intangível	15.203	

A Companhia classificou os juros pagos sobre debêntures e empréstimos e financiamentos como um fluxo de caixa das atividades de financiamento, pois os recursos captados consolidados têm sido utilizados pela Companhia e suas controladas para o resgate de debêntures anteriores, no refinanciamento de dívidas e no reforço do seu capital de giro.

19. Instrumentos Financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros estão expostos a riscos, sendo importante a avaliação potencial deles. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A estrutura de capital consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os objetivos da Administração são de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Índice de endividamento

O índice de endividamento da controladora e do consolidado é o seguinte:

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos Financeiros--Continuação

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Dívida – partes relacionadas	1.636.701	1.674.327
Caixa e equivalentes de caixa	(47)	(48)
Dívida líquida	<u>1.636.654</u>	<u>1.674.279</u>
Patrimônio líquido	3.162.437	3.046.268
Índice de endividamento líquido	0,52	0,55

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Dívida – debêntures e empréstimos e financiamentos	2.740.512	2.749.335
Caixa e equivalentes de caixa	(721.713)	(466.490)
Dívida líquida	<u>2.018.799</u>	<u>2.282.845</u>
Patrimônio líquido	3.162.437	3.046.278
Índice de endividamento líquido	0,64	0,75

Valor justo dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ao custo amortizado:

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se do seu valor contábil a exceção das debêntures e empréstimos, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	Controladora			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e Empréstimos	<u>1.636.701</u>	<u>1.661.026</u>	<u>1.674.327</u>	<u>1.741.846</u>

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	<u>2.191.121</u>	<u>2.358.145</u>	<u>2.110.546</u>	<u>2.320.295</u>

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros mantidos pela Administração, conforme suas características

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos Financeiros--Continuação

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativos	Empréstimos e recebíveis	
Caixa e equivalentes de caixa	47	48
Partes relacionadas – contas a receber, mútuo e debêntures	2.638.481	2.539.233
Outros ativos	1.154	1.181
	Passivos financeiros ao custo amortizado	
Passivos	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	4.549	5.472
Debêntures com partes relacionadas	1.636.701	1.674.327
	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativos	Empréstimos e recebíveis	
Caixa e equivalentes de caixa	721.713	466.490
Partes relacionadas – contas a receber, mútuo e debêntures	2.620.330	2.500.720
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	144.305	129.199
Outros ativos	11.7160	16.292
	Avaliado ao valor justo por meio do resultado	
Instrumentos financeiros derivativos -hedge	168.214	179.423
Instrumentos financeiros derivativos	97.508	34.005
Debêntures	535.603	622.353
	Passivos financeiros ao custo amortizado	
Passivos	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	82.937	75.870
Debêntures e empréstimos e financiamentos	2.204.909	2.126.982
Credor pela concessão	3.468	13.498
Outras contas a pagar	30.328	27.653

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às informações intermediárias
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos Financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo

As contratações de instrumentos financeiros derivativos têm o objetivo desde a proteção ao risco de variação da inflação de suas debêntures que possuem correção indexada ao IPCA, conforme demonstrado na Nota 9, bem como, a preservação desta variação, a partir de instrumentos derivativos, denominados “offset swaps”, com taxas opostas às dos swaps contratados com o objetivo de proteção (hedge) e foram firmadas com várias contrapartes. Os derivativos avaliados com técnicas de avaliação com informações observáveis de mercado são principalmente “swaps” de taxa de juros.

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros por técnica de avaliação:

- Nível 1: são obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: são obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Nível 3: são os obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2019, as controladas Triângulo do Sol e Colinas mantinham os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo determinados de acordo com o Nível 2, pois consideram outras variáveis na mensuração, e não apenas o preço dos produtos.

A controlada Colinas contratou “swap” para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,279% a 0,677% ao ano. A controlada Triângulo do Sol contratou “swap” para troca de taxa prefixada de 5,4% ao ano adicional à variação do IPCA, por variação do CDI mais 0,725% ao ano. Essa operação, assim como a dívida (objeto do “hedge”), está sendo avaliada de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo.

Em 5 de março de 2018, a controlada Colinas contratou operações de Swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A controlada contratou Swaps para troca de taxa prefixada de 5,00% a 5,70% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 10,03% a 22,15% em média ao ano (ponta ativa).

Na mesma data, a controlada Triângulo do Sol contratou operações de swap a fim de preservar, aos atuais níveis, o valor justo dos derivativos contratados em 2013. A Companhia contratou swaps para troca de taxa prefixada de 5,40% ao ano adicional à variação do IPCA (ponta passiva), por variação do CDI mais 26,88%, ao ano, em média (ponta ativa).

A posição desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2019, é como segue

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

<u>Descrição</u>	<u>Data de início dos contratos</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Posição (valor de referência)</u>	<u>Valor de referência (nocial)</u>	<u>Valor justo ("fair value") 31/12/2019</u>	<u>Valor justo ("fair value") 31/12/2018</u>	<u>Efeito acumulado valor a receber (pagar)</u>
<u>Contratos ponta ativa</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 10,10%	100.000	133.904	142.426	(8.522)
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/10/2020	CDI + 22,17%	24.000	10.851	22.637	(11.786)
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,95%	24.250	8.244	21.119	(12.875)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	CDI + 9,98%	157.265	210.027	223.276	(13.249)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/10/2020	CDI + 22,21%	32.867	14.865	31.014	(16.149)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 26,84%	126.100	42.848	109.709	(66.861)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/10/2020	CDI + 22,03%	18.000	8.129	16.951	(8.822)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	CDI + 27,01%	31.400	10.676	27.360	(16.684)
Total				513.882	439.544	594.492	(154.948)
<u>Contrato ponta passiva</u>							
<u>Taxa pós</u>							
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	100.000	161.819	150.235	11.584
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/10/2020	IPCA + 5%	24.000	13.112	23.849	(10.737)
Banco Santander (Brasil) S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	24.250	10.653	22.362	(11.709)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	17/04/2023	IPCA + 5,7%	157.265	254.484	236.266	18.218
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/10/2020	IPCA + 5%	32.867	17.957	32.660	(14.703)
Banco Itaú S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	126.100	55.398	116.282	(60.884)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/10/2020	IPCA + 5%	18.000	9.834	17.887	(8.053)
Banco BTG Pactual S.A.	05/03/2018	15/04/2020	IPCA + 5,4%	31.400	13.794	28.955	(15.161)
Total				513.882	537.051	628.496	(91.445)
Instrumentos financeiros, líquido					(97.508)	(34.005)	63.503
Recebimento de Instrumento Financeiro							30.843
Efeito acumulado no resultado do exercício							(32.660)

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

A posição consolidada desses derivativos em aberto, em 31 de dezembro de 2019, é como segue:

Descrição	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (valor de referência)	Valor de referência (nociona)	Valor justo ("fair value") 31/12/2019	Valor justo ("fair value") 31/12/2018	Efeito acumulado Valor a receber (pagar)
Contrato ponta ativa (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA 5,00%	40.000	13.112	23.849	(10.737)
	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	100.000	161.819	150.235	11.584
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	50.000	10.653	22.362	(11.709)
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA + 5,00%	54.778	17.957	32.660	(14.703)
	12/06/2013	17/04/2023	IPCA + 5,70%	157.265	254.484	236.267	18.217
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	260.000	55.398	116.282	(60.884)
Banco BTG Pactual S.A.	12/06/2013	15/10/2020	IPCA + 5,00%	30.000	9.834	17.887	(8.053)
	12/06/2013	15/04/2020	IPCA + 5,40%	64.741	13.794	28.955	(15.161)
Total				756.784	537.051	628.497	(91.446)
Contrato ponta passiva (taxa pós):							
Banco Santander (Brasil) S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,25%	40.000	8.911	17.080	8.169
	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,69%	100.000	106.142	107.068	926
	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,740%	50.000	7.350	16.096	8.746
Banco Itaú S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,294%	54.778	12.209	23.405	11.196
	12/06/2013	17/04/2023	CDI + 0,669%	157.265	166.694	168.087	1.393
	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,716%	260.000	38.216	83.676	45.460
Banco BTG Pactual S.A.	12/06/2013	15/10/2020	CDI + 0,29%	30.000	6.686	12.817	6.131
	12/06/2013	15/04/2020	CDI + 0,747%	64.741	9.517	20.844	11.327
Total				756.784	355.725	449.073	93.348
Instrumentos financeiros, líquidos a realizar					181.326	179.424	1.902
Instrumentos financeiros, líquidos							181.325
Ajuste de valor justo das debêntures (item protegido)							(17.933)
Recebimento de instrumento financeiro							39.563
Efeito acumulado no resultado do exercício							23.531

A Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos Financeiros--Continuação

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros - BM&FBovespa e trazendo a valor presente, utilizando as taxas de DI de mercado para “swaps”, divulgadas, também, pela BM&FBovespa.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros. Durante o exercício, o “hedge” foi 100% efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros, e, como consequência, o valor contábil das debêntures foi ajustado em R\$ 8.951 e reconhecido no resultado como despesa financeira no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais e de taxas de juros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. A Companhia está exposta a riscos normais de taxas de juros de mercado.

b) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Administração mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As controladas apresentam valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na Nota 4, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”). As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. Adicionalmente, a controlada Nascentes das Gerais possui valores a receber da SETOP referentes à contraprestação pecuniária, previstas no contrato de concessão, cujo recebimento depende da negociação com a SETOP, conforme mencionado na Nota 4.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros consolidados não derivativos da Companhia e de suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício:

Modalidade	Valor contábil	Juros			Circulante	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 6 anos	Não Circulante	Total
		estimados (i)	Até 90 dias	Mais de 90 dias						
Ativos circulantes e não circulantes:										
Contas a receber	144.305	-	74.971	-	74.971	69.334	-	-	69.334	144.305
Debêntures - partes relacionadas	2.585.682	2.085.674	-	-	-	-	-	4.671.356	4.671.356	4.671.356
Contas a receber - partes relacionadas	34.648	174.400	-	-	-	-	-	209.048	209.048	209.048
Instrumentos financeiros líquidos	181.325	20.943	-	43.338	43.338	102.688	56.242	-	158.930	202.268
Outras contas a receber	11.747	-	-	11.747	11.747	-	-	-	-	11.747
Total	2.957.707	2.281.017	74.971	55.085	130.056	172.022	56.242	4.880.404	5.108.668	5.238.724
Passivos:										
Debêntures - principal (ii)	2.605.594	56.578	-	893.678	893.678	1.106.634	456.860	205.000	1.768.494	2.662.172
Debêntures - juros	99.037	415.546	4.640	138.311	142.952	294.138	65.539	11.956	371.631	514.583
Credor pela concessão (iii)	3.468	-	3.468	-	3.468	-	-	-	-	3.468
Fornecedores e partes relacionadas	84.276	-	24.042	60.234	84.276	-	-	-	-	84.276
Instrumentos financeiros líquidos	97.508	(211.958)	-	(4.913)	(4.913)	(61.331)	(48.207)	-	(109.537)	(114.450)
Outras contas a pagar	30.326	-	1.728	28.598	30.326	-	-	-	-	30.326
Total	2.920.209	260.166	33.878	1.115.908	1.149.787	1.339.441	474.192	216.956	2.030.588	3.180.375

(i) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 31 de dezembro de 2019 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

(ii) Amortização de principal e pagamento de juros calculados de acordo com as previsões da escritura das debêntures das controladas Colinas, Triângulo do Sol e Nascentes das Gerais. As amortizações de principal da 2ª e 3ª série da controlada Colinas e 2ª série da controlada Triângulo do Sol tiveram atualização monetária por IPCA, conforme escritura.

(iii) Valores nominais.

AB Concessões S.A. e controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

20. Seguros contratados

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

21. Eventos Subsequentes

Em 18 de março de 2020, a controlada em conjunto Concessionária Rodovias do Tietê, com o apoio de especialistas, apresentou o plano de recuperação judicial que inclui entre outros, o plano de negócio com as alternativas para a captação de recursos necessários à operação e os fluxos de caixa projetados para os próximos exercícios.

22. Aprovação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As informações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo acionista da Companhia e autorizadas para emissão em 27 de março de 2019.